

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL DOS GOVERNOS LOCAIS****QUALITY OF ACCOUNTING AND FISCAL INFORMATION OF LOCAL GOVERNMENTS****Pedro Henrique Melo Silva**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa  
Campus Rio Paranaíba  
[pedro.silva14@ufv.br](mailto:pedro.silva14@ufv.br)

**Michelle Aparecida Vieira**

Doutora em Ciências Contábeis  
Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba  
[michelle.vieira@ufv.br](mailto:michelle.vieira@ufv.br)

**Cleyde Cristina Rodrigues**

Doutora em Ciências Contábeis  
Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba  
[cleyde.rodrigues@ufv.br](mailto:cleyde.rodrigues@ufv.br)

**Ney Paulo Moreira**

Doutor em Administração  
Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba  
[ney.moreira@ufv.br](mailto:ney.moreira@ufv.br)

**Márcia Fernandes Pinheiro de Ávila**

Mestra em Administração  
Faculdade Anhanguera de Uberlândia – Uberlândia  
[fernandespinheiro1@hotmail.com](mailto:fernandespinheiro1@hotmail.com)

**Juliana Mendonça de Melo Franco Rocha**

Mestre em Administração  
Faculdade Anhanguera de Uberlândia – Uberlândia  
[juliana.mmfrocha@gmail.com](mailto:juliana.mmfrocha@gmail.com)

**Resumo:**

A qualidade da informação contábil e fiscal é um tema central para a gestão pública eficiente e transparente, sendo essencial para a alocação de recursos e a confiança da sociedade. Considerando este cenário, a presente pesquisa teve como objetivo verificar se existem variações na qualidade dessa informação nos governos locais de Minas Gerais e compreender como características fiscais, socioeconômicas e demográficas explicam essas diferenças. Foi utilizada uma abordagem descritiva e quantitativa, com dados de demonstrações contábeis e fiscais enviadas ao Siconfi do ano de 2023 e complementados por outras bases públicas, considerando variáveis como população, infraestrutura, nível socioeconômico e capacidade administrativa. Os resultados indicaram que a eficiência administrativa e a gestão fiscal têm

- a) Submissão em: 23/02/2025.
- b) Envio para avaliação em: 10/03/2025.
- c) Término da avaliação em: 25/03/2025.
- d) Correções solicitadas em: 26/03/2025.
- e) Recebimento da versão ajustada em: 05/04/2025.
- f) Aprovação final em: 07/04/2025.

maior influência no desempenho do Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) do que o volume absoluto de recursos disponíveis, como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Além disso, observou-se que municípios com maior autonomia financeira e práticas contábeis padronizadas apresentaram melhor desempenho no ICF, independentemente de sua riqueza econômica relativa. Concluiu-se que estratégias focadas no fortalecimento da capacidade administrativa, redução da dependência de transferências externas e aprimoramento da padronização contábil são essenciais para promover uma gestão fiscal mais eficiente e transparente. Esses achados reforçam a relevância de políticas públicas que integrem planejamento fiscal com governança eficiente, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

**Palavras-Chave:** qualidade da informação contábil e fiscal; governos locais; Siconfi

**Abstract:**

The quality of accounting and tax information is a central theme for efficient and transparent public management, being essential for the allocation of resources and the trust of society. Considering this scenario, this research aimed to verify whether there are variations in the quality of this information in the local governments of Minas Gerais and to understand how fiscal, socioeconomic and demographic characteristics explain these differences. A descriptive and quantitative approach was used, with data from accounting and tax statements sent to Siconfi for the year 2023 and complemented by other public databases, considering variables such as population, infrastructure, socioeconomic level and administrative capacity. The results indicated that administrative efficiency and fiscal management have a greater influence on the performance of the Accounting and Tax Information Quality Indicator (ICF) than the absolute volume of available resources, such as the Gross Domestic Product (GDP) per capita. In addition, it was observed that municipalities with greater financial autonomy and standardized accounting practices presented better performance in the ICF, regardless of their relative economic wealth. It was concluded that strategies focused on strengthening administrative capacity, reducing dependence on external transfers, and improving accounting standardization are essential to promote more efficient and transparent fiscal management. These findings reinforce the relevance of public policies that integrate fiscal planning with efficient governance, contributing to sustainable socioeconomic development.

**Keywords:** quality of accounting and tax information; local Governments; Siconfi.

## 1 Introdução

Conforme Mazzioni (2016), a qualidade dos relatórios e das informações contábeis pode ser avaliada pela precisão com que representam a real situação econômica das empresas e pela consistência dos resultados apresentados, em conformidade com os princípios contábeis fundamentais. Dessa forma, os dados fornecidos devem refletir fielmente a realidade de cada entidade (Mazzioni, 2016). No contexto da Administração Pública, os efeitos da utilidade da informação contábil são amplificados devido à maior complexidade nas interações com variados interessados e a preocupação constante com a eficácia das medidas governamentais. Frequentemente, as informações públicas são distorcidas ou insuficientes, o que ressalta a necessidade de sistemas de controle interno robustos para diminuir a assimetria informacional nas relações administrativas (Pereira *et al.*, 2022).

Com o intuito de promover aprimoramentos na qualidade das informações contábeis e fiscais no território brasileiro, tanto por parte do Tesouro Nacional quanto pelos que utilizam das mesmas, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) criou um sistema de classificação, para avaliar e ranquear as informações recebidas dos municípios através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). O *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi, doravante *Ranking* Siconfi, compara o desempenho de todos os municípios brasileiros no que se refere à qualidade e consistência das demonstrações contábeis e fiscais enviadas ao Tesouro Nacional, permitindo maior transparência e confiabilidade em relação aos dados divulgados (Brasil, 2024a).

A qualidade da informação contábil e fiscal dos entes governamentais já vem sendo estudada por alguns pesquisadores, a exemplo de Pereira *et al.*, (2022), que fizeram uma análise para os municípios do estado de Rondônia; Sousa (2022), que fez uma análise espacial da qualidade da informação, considerando todos os municípios brasileiros; Brígido (2023) que analisou a qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios da região metropolitana de Natal –RN, no período de 2019 a 2021; Oliveira (2024), que examinou a qualidade das informações contábeis enviadas à STN, por meio do Siconfi, e avaliou essa qualidade no contexto da *accountability* e da transparência em Instituições de Ensino Superior (IES), com ênfase nas universidades federais do estado do Rio de Janeiro.

Realizando uma pesquisa sobre os municípios de Minas Gerais, uma lacuna importante é como a qualidade das informações interage com características municipais como população, infraestrutura e nível socioeconômico. Poucos estudos, como o de Comissário (2023), exploram como essas informações são afetadas pelo desenvolvimento dos municípios da região. Todavia, é vital entender como a precisão e acessibilidade das informações podem ser influenciadas por resultados socioeconômicos em diferentes contextos municipais.

Minas Gerais, o estado com o maior número de municípios no Brasil, totalizando 853, é caracterizado por uma grande diversidade regional, com uma predominância de municípios de pequeno porte. Apesar de ser considerado um estado desenvolvido, Minas Gerais ocupou a 16ª posição no *Ranking* nacional de qualidade da informação contábil e fiscal em 2022, segundo o Tesouro Nacional (Brasil, 2024a). Esse desempenho levanta questões sobre a homogeneidade na qualidade das informações prestadas pelos municípios mineiros, considerando as melhores condições que o estado teoricamente possui.

Diante do contexto em que se torna necessário observar a qualidade da informação contábil, com um olhar voltado para os governos locais, surge como questão de pesquisa: quais as características fiscais, socioeconômicas e demográficas dos diferentes níveis de qualidade da informação contábil dos municípios mineiros? Dito isso, esse estudo tem como objetivo verificar se existem variações na qualidade dessa informação nos governos locais e compreender como características fiscais, socioeconômicas e demográficas explicam essas diferenças.

Em um contexto em que as decisões governamentais são cada vez mais sujeitas ao escrutínio público e à necessidade de prestação de contas, a disponibilização de informações claras, completas e confiáveis é crucial para garantir a eficiência na alocação de recursos e a confiança dos cidadãos. Apesar dos esforços do Tesouro Nacional, ainda existem disparidades significativas na qualidade das informações fornecidas pelos municípios. Estas diferenças podem ser atribuídas a diversos fatores, como a capacidade administrativa, o nível socioeconômico e a infraestrutura disponível em cada município. Assim, torna-se imprescindível investigar os determinantes que influenciam a qualidade da informação contábil e fiscal nos municípios mineiros, de modo a identificar os principais desafios e propor soluções para superá-los.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como as características

municipais se relacionam com a qualidade das informações contábeis e fiscais e, conseqüentemente, a eficácia das políticas públicas. Ao identificar os fatores que impactam a qualidade da informação contábil, este trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias que aprimorem a transparência e a eficiência na administração pública local.

## 2 Revisão de Literatura

Neste tópico serão apresentados as características do Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro, o Siconfi, e os estudos anteriores relacionados à qualidade da informação contábil e fiscal dos governos brasileiros.

### 2.1 Sistemas de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (Siconfi)

O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) foi implementado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 2013, como parte do processo de modernização das práticas contábeis aplicadas ao setor público (Silva, 2019). O Siconfi foi desenvolvido para facilitar a produção e análise de informações contábeis e fiscais, padronizar os mecanismos de consolidação e aumentar a qualidade e confiabilidade das informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais recebidas dos municípios, estados, Distrito Federal e União (Brasil, 2024b).

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foi responsável pelo desenvolvimento do Siconfi, levando em consideração as melhores práticas internacionais para a transmissão e processamento de dados, e a crescente demanda de informações das unidades federativas. O foco principal do sistema foi integrar a contabilidade orçamentária, patrimonial e analítica, criando uma ferramenta moderna que auxilia os gestores públicos no controle financeiro e na entrega de informações precisas e confiáveis (Brasil, 2019).

O Siconfi visa automatizar e padronizar o recebimento e a divulgação das informações contábeis e fiscais, alinhando-se aos padrões internacionais. Desde 2017, o Siconfi recebe a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de forma gradual e obrigatória, além da Declaração de Saldos Anuais (DCA), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), melhorando a qualidade das informações e apoiando a modernização das práticas contábeis no setor público (Brasil, 2024a). Em 2018, um Acordo de Cooperação Técnica foi assinado para harmonizar práticas entre a STN e os Tribunais de Contas subnacionais, contribuindo para a melhoria contínua no setor público (Brasil, 2019). O Siconfi é um instrumento essencial para garantir a prestação de contas e a transparência na administração pública, permitindo uma melhor análise da sustentabilidade financeira dos entes federativos (Brasil, 2024b)

O Siconfi serve como um instrumento de controle, permitindo o monitoramento do cumprimento da Lei nº 4.320 de 1964, também conhecida como Lei do Orçamento Público, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal (Brasil, 1964). Embora tenha sido criada há quase 60 anos, a lei ainda é relevante, refletindo a modernidade administrativa da época ao integrar planejamento, execução e controle orçamentário. Adicionalmente, o sistema visa dar cumprimento às exigências estabelecidas também pela Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu parâmetros e limites para a gestão fiscal, promovendo maior transparência e controle social (Brasil, 2000).

A fim de facilitar o processo de transparência e controle do setor público, foi criado, em 2019, o *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Também conhecido como Ranking Siconfi, seu principal objetivo é avaliar a precisão e a consistência dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais enviados

pelos entes federativos por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Essa iniciativa visa fomentar a melhoria contínua da qualidade dos dados fiscais e contábeis, promovendo maior transparência e confiabilidade nas informações disponibilizadas ao público (Brasil, 2024a).

No *Ranking*, avalia-se o cumprimento das normas de contabilidade pública e a qualidade dos dados reportados pelos entes federativos. Com base nos dados enviados pelos entes ao Siconfi, o Tesouro Nacional realiza análises para avaliar a qualidade das informações prestadas. Essas análises, denominadas ‘Verificações’, consistem em exames técnicos que verificam o cumprimento da legislação vigente, das instruções e guias de preenchimento do Siconfi, bem como das normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). Para a elaboração do Ranking Siconfi, foi adotada uma metodologia simplificada de classificação, baseada no percentual de acertos dos entes nas verificações realizadas. Assim, quanto maior o índice de conformidade com as exigências, melhor será a posição do ente no ranking. O objetivo é incentivar a melhoria contínua na gestão pública, fornecendo um parâmetro de desempenho e destacando boas práticas na administração dos recursos públicos (Brasil, 2024a).

## 2.2 Qualidade da informação contábil e fiscal dos governos brasileiros

A qualidade da informação contábil e fiscal tem se tornado cada vez mais relevante no contexto da governança pública e da transparência fiscal. A transparência fiscal é definida como a abertura em relação à estrutura e funções do governo, às intenções de política fiscal e às contas e projeções do setor público (Fundo Monetário Internacional, 2007); é crucial para que os cidadãos possam compreender as atividades governamentais e avaliar a eficácia e eficiência da gestão pública (Yang, 2020).

A transparência fiscal está intimamente ligada à contrapartida orçamentária, que diz respeito à conformidade entre as previsões orçamentárias e os resultados efetivos, sendo influenciada pela qualidade das informações fiscais divulgadas (El-Berry; Goeminne, 2020). Quando os governos fornecem informações claras e precisas, aumentam a confiança pública e aprimoram a capacidade de prever e planejar as finanças públicas. Esse aspecto é especialmente crítico em países em desenvolvimento, onde a falta de informações confiáveis pode gerar incertezas econômicas e desconfiança nas instituições. Além disso, a monitoração fiscal contribui para a pontualidade e a qualidade dos relatórios financeiros, essenciais para a saúde fiscal dos municípios (Nakhmurina, 2024). Sistemas de monitoramento preventivos podem identificar e corrigir discrepâncias, promovendo uma gestão fiscal mais responsável e transparente. Assim, a qualidade da informação contábil e fiscal é um elemento central para a eficaz governança pública.

A descentralização fiscal, por sua vez, pode trazer benefícios informacionais significativos para os governos locais, permitindo uma alocação de recursos mais eficiente e uma resposta mais adequada às necessidades da população (Zhou; Yang, 2023). A proximidade dos governos locais com os cidadãos facilita a coleta de dados e a prestação de contas, incentivando a produção de informações contábeis e fiscais mais precisas e relevantes (Sedmihradská; Kucera, 2020).

A qualidade dessas informações pode ser avaliada em várias dimensões, como completude, consistência, relevância, compreensibilidade, pontualidade e acessibilidade. Essas características são fundamentais para assegurar que as informações divulgadas sejam úteis tanto para os cidadãos quanto para os tomadores de decisão. A negligência em qualquer dessas dimensões pode comprometer a eficácia da governança e a confiança pública (Sedmihradská; Kucera, 2020). Para melhorar a qualidade e a transparência das informações fiscais, a

implementação de regras fiscais claras e a criação de conselhos fiscais independentes são estratégias eficazes (Beetsma *et al.*, 2017).

No setor público brasileiro, a qualidade da informação contábil tem sido objeto de vários estudos, tais como Gomes e Silva (2022) que analisaram os fatores explicativos do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal dos municípios brasileiros para o ano de 2019. Adotando um modelo de regressão, os autores constataram que as variáveis Índice FIRJAN do Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e PIB *per capita* influenciam na nota do *Ranking*. Também verificaram que municípios localizados na região Sudeste e Norte tendem a apresentar uma nota menor no *Ranking*.

Pereira *et al.* (2022) também analisaram a qualidade da informação contábil e fiscal governamental dos municípios de Rondônia e sua relação com a população e área territorial. Dentre os resultados encontrados, identificou-se que não há correlação entre a qualidade da informação governamental prestada apresentada no *Ranking* com o contingente populacional e a área territorial.

Do mesmo modo, Sodré (2023) realizou uma análise da qualidade das informações contábeis e fiscais dos municípios com maior participação no PIB do estado de Goiás, desde a implementação do *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal do Siconfi – STN. Os resultados apontaram que, apesar de uma evolução limitada para a maioria dos municípios, Goiânia destacou-se com 92% de acertos e a nota Bicf como o melhor desempenho no período analisado. Senador Canedo foi o município com maior progresso, avançando de 62% de acertos (nota Dicf) em 2019 para 91% (nota Bicf) em 2022. As cidades com as maiores médias ao longo dos anos foram Jataí, Itumbiara, Cristalina, Anápolis e Luziânia, enquanto Rio Verde, Catalão e Aparecida de Goiânia apresentaram mais deficiências. A pesquisa também revelou que não há uma relação direta entre o PIB e a conformidade das informações contábeis e fiscais.

Santos e Coronel (2024) propôs a elaboração de um guia prático para aprimorar a qualidade das informações contábeis enviadas ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi). O estudo sistematizou os itens que compõem as dimensões da qualidade das informações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e analisou a evolução das pontuações no *Ranking* dos Municípios da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) entre 2019 e 2021. A análise revelou que as dimensões II (Informações Contábeis) e IV (Informações Contábeis x Informações Fiscais) foram as principais responsáveis por reduzir a média geral da região no período. O trabalho destacou ainda a necessidade de maior atenção ao preenchimento da Demonstração de Contas Anuais (DCA), que serve como base de análise e cujos valores são confrontados com os informados na Matriz Contábil de Encerramento e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre do exercício.

Goularte (2026) analisou a evolução do *Ranking* do Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) da STN entre 2019 e 2023 a fim de identificar a quantidade de verificações no ranking e a distribuição dos municípios melhores classificados por estado e mesorregião. Os resultados do estudo mostraram que o Rio Grande do Sul mantém a maior quantidade de municípios no ranking, enquanto o Espírito Santo apresenta crescimento na participação. Além disso, a mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul se destaca pelo número de municípios bem classificados.

Nessa mesma perspectiva, Silva, Soares e Barbosa Neto (2025) estudaram os 200 maiores municípios brasileiros em relação aos condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos da qualidade da informação contábil e fiscal (*Ranking* Siconfi). Ao adotar uma regressão linear com dados para 2021, o estudo evidenciou uma relação significativa das variáveis dependência fiscal, qualificação do servidor e transparência municipal com o *Ranking*

do Siconfi.

A partir destes estudos, constatou-se que a qualidade da informação contábil e fiscal no setor público brasileiro, embora apresente avanços significativos em algumas regiões, ainda enfrenta desafios relacionados à completude, consistência e transparência dos dados. Fatores como a implementação de sistemas estruturadores, como o Siconfi, o cumprimento de normas contábeis, além de fatores socioeconômicos são apontados como determinantes críticos para a melhoria dessas informações. No entanto, a disparidade entre municípios e estados evidencia a necessidade de esforços direcionados para promover maior uniformidade e aderência aos padrões estabelecidos.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem descritiva e quantitativa para responder ao objetivo de verificar se existem variações na qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios mineiros. A pesquisa é quantitativa, pois utiliza-se de dados numéricos e secundários, como as demonstrações contábeis e fiscais enviadas ao Tesouro Nacional pelos municípios, e segue um delineamento transversal, pois as variáveis serão analisadas em um ponto específico no tempo.

A população do estudo compreende os municípios do estado de Minas Gerais e a amostra composta por aqueles que disponibilizaram de forma completa suas demonstrações contábeis e fiscais no Siconfi. O período selecionado para análise é o ano fiscal de 2023, por ser o mais recente e, portanto, permitir uma avaliação atualizada da qualidade das informações contábeis e fiscais.

As principais variáveis analisadas incluem o Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF) e as características socioeconômicas, fiscais e demográficas dos municípios. O ICF representa uma métrica consolidada de avaliação de desempenho, composta por dimensões que englobam aspectos como pontualidade, completude e consistência das informações enviadas ao Siconfi, e sua análise pode revelar insights importantes sobre a transparência e a gestão fiscal no setor público brasileiro.

Esse indicador é dividido em dimensões e classificado em categorias, com o objetivo de promover uma melhoria contínua na gestão pública e na transparência das informações financeiras. O ICF é composto por 4 dimensões (Gestão da Informação; Informações Contábeis; Informações Fiscais; Consistência entre Informações Contábeis e Fiscais) que avaliam aspectos específicos das informações fornecidas. A metodologia utilizada no cálculo do *Ranking* Siconfi é baseada no percentual de acertos dos entes nas verificações efetuadas, as quais retratam o cumprimento da legislação, das instruções e guias de preenchimento do Siconfi, das regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF. Ou seja, quanto maior o percentual de acertos que o ente obtiver, melhor será a sua classificação no *Ranking* (Brasil, 2024a).

Com base na qualidade das informações enviadas, cada ente federativo é classificado em uma das seguintes categorias: i) Categoria A (ICF acima de 95%): desempenho excelente. Representa um alto grau de precisão, completude e consistência nas informações enviadas; ii) Categoria B (ICF entre 85% e 95%): desempenho muito bom. Embora haja pequenas falhas, as informações são em grande parte completas e consistentes; iii) Categoria C (ICF entre 75% e 85%): desempenho bom. Os dados são razoavelmente completos, mas podem ter algumas inconsistências ou falhas de menor gravidade; iv) Categoria D (ICF entre 65% e 75%): desempenho regular. Existem lacunas ou incoerências nos dados que precisam de melhorias e v) Categoria E (ICF abaixo de 65%): desempenho insatisfatório. As informações enviadas são incompletas ou inconsistentes, requerendo ações corretivas significativas (Brasil, 2024a). Essa classificação visa destacar tanto os pontos fortes quanto as áreas de melhoria para cada ente

federativo, incentivando o aprimoramento contínuo das práticas de contabilidade e gestão fiscal na administração pública.

Os determinantes da qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios são representadas pelas características socioeconômicas e de gestão municipal. O Quadro 1 apresenta tais variáveis, bem como a fonte de coleta de dados.

**Quadro 1-** Descrição das variáveis representativas das características fiscais, socioeconômicas e demográficas

Variável	Sigla	Descrição	Fonte
Índice de Efetividade da Gestão Municipal	IEGM	Mede a eficácia das políticas públicas municipais, abrangendo dimensões como educação, saúde, planejamento urbano, gestão fiscal, meio ambiente e proteção dos direitos dos cidadãos. Esse índice é um termômetro da qualidade dos serviços públicos e da eficiência com que os recursos municipais são aplicados.	Instituto Rui Barbosa
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	IDFM	Avalia o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, considerando três áreas principais: educação, saúde e emprego/renda. Este índice permite identificar o nível de desenvolvimento das cidades e destaca áreas que precisam de maior investimento para melhorar o bem-estar da população.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	PIB <sub>pc</sub>	Representa o valor total dos bens e serviços produzidos em cada município em 2022, funcionando como um importante indicador de desenvolvimento econômico. Ele reflete a geração de riqueza e a capacidade produtiva de um município, impactando diretamente a disponibilidade de recursos para a gestão pública. No estudo, foi dividido pela população.	IBGE
Índice FIRJAN de Gestão Fiscal	IFGF	Avalia as contas das cidades brasileiras através de quatro indicadores: i) Autonomia; ii) Gastos com Pessoal; iii) Liquidez e iv) Investimentos: mede a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
<i>Ranking</i> Nacional da Transparência	RNT	Mede o grau de transparência das administrações públicas com relação à divulgação de informações relevantes, como orçamentos, despesas, contratos e outros dados financeiros e administrativos. Esse indicador reflete a capacidade do ente público de fornecer informações claras e acessíveis à população, promovendo a responsabilidade e a confiança entre o governo e os cidadãos.	CGU
Receita Corrente <i>per capita</i>	RC <sub>pc</sub>	Totalidade da receita corrente do município dividida pela população	SICONFI
Receita Tributária <i>per capita</i>	RT <sub>pc</sub>	Totalidade da receita tributária do município (impostos, taxas e contribuição de melhoria) dividida pela população	SICONFI
Transferências Correntes <i>per capita</i>	TC <sub>pc</sub>	Totalidade das transferências correntes recebidas pelo município dividida pela população	SICONFI
Autonomia Financeira	AUT <sub>fin</sub>	Razão entre as receitas tributárias próprias do município e a receita corrente disponível.	SICONFI
População	POP	População total do município	IBGE

Fonte: elaboração Própria (2025)

Em relação às técnicas estatísticas, primeiramente foi testada a normalidade dos dados, por meio do teste de *Shapiro Wilk*, que apontou a não normalidade dos dados, para um nível de

significância de 5%. Em razão disso, foram utilizadas técnicas não paramétricas, como o teste de *Kruskal-Wallis*. Conforme Fávero e Belfiore (2017), o teste de *Kruskal-Wallis* é indicado para comparar três ou mais grupos independentes em relação a determinada característica. Nesse estudo, foi empregado para verificar como as características fiscais, socioeconômicas e demográficas se relacionam com os diferentes níveis de qualidade da informação contábil.

A fim de complementar as análises, gráficos e estatísticas descritivas foram utilizadas para explorar as características dos municípios componentes da amostra. O *software* estatístico utilizado no estudo foi o Jamovi.

#### 4 Análise e Discussão dos Resultados

A fim de compreender o comportamento dos dados e caracterizar a amostra estudada, a Tabela 1 resume as estatísticas descritivas calculadas.

**Tabela 1** – Estatísticas descritivas das variáveis analisadas

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coef. Var. (%)	Mínimo	Máximo
IFDM	0,678	0.678	0.067	9,88	0.457	0.859
IFGF	0.700	0.702	0.129	18,43	0.201	1.000
IEGM	0.383	0.379	0.056	14,62	0.214	0.615
RNT	4.42	4.60	2.31	52,26	0.200	10.0
PIB_pc (R\$)	30.731,00	19.724,00	54.336,00	176,68	6.983,00	920.834,00
RC_pc (R\$)	6.385,00	5.279,00	4.588,00	71,86	1.121,00	91.672,00
RT_pc (R\$)	436,00	274,00	821,00	188,30	57.5,00	19.290,00
TC_pc (R\$)	5.571,00	4.546,00	3.753,00	67,37	435,00	66.151,00
Auto_fin (%)	6,78	4,83	5,60	82,59	0.526	37,8

Fonte: resultados da pesquisa (2025).

Os resultados da estatística descritiva mostram grande variação entre os municípios nas variáveis analisadas, com alguns indicadores, como PIB *per capita*, Renda *per capita* e Transferências *per capita*, apresentando elevados coeficientes de variação, indicando grandes desigualdades entre os municípios. Em contrapartida, variáveis como IFDM, IFGF e IEGM têm menor dispersão relativa, sugerindo maior homogeneidade no desenvolvimento e na governança fiscal. No que se refere à Autonomia Financeira, que avalia a proporção das receitas próprias em relação às receitas correntes, o intervalo entre o mínimo (0,526%) e o máximo (37,8%) é vasto, e a variação relativa é alta, sugerindo grandes disparidades entre os municípios no que se refere à capacidade de obter receitas próprias.

A distribuição de riqueza entre os municípios também é bastante desigual, refletida no PIB *per capita*, que varia de R\$ 6.983 a R\$ 920.834, com média de R\$ 30.731 e alto coeficiente de variação. A Receita Corrente *per capita* também apresenta grande variação, com média de R\$ 6.385 e valores entre R\$ 1.121 e R\$ 91.672. A arrecadação tributária *per capita* é heterogênea, variando de R\$ 57,50 a R\$ 19.290. Já as Transferências Correntes *per capita* mostram alta dependência em alguns municípios, com valores entre R\$ 435 e R\$ 66.151.

O desenvolvimento socioeconômico, medido pelo IFDM, tem média de 0,678, com variação moderada. O IFGF, que avalia a gestão fiscal, apresenta média de 0,700 e distribuição uniforme. O IEGM, indicador de efetividade da gestão, tem menor variabilidade, com média de 0,383. Já o Ranking Nacional de Transparência mostra grande disparidade, com média de 4,42 e valores entre 0,2 e 10,0, indicando níveis desiguais de transparência administrativa.

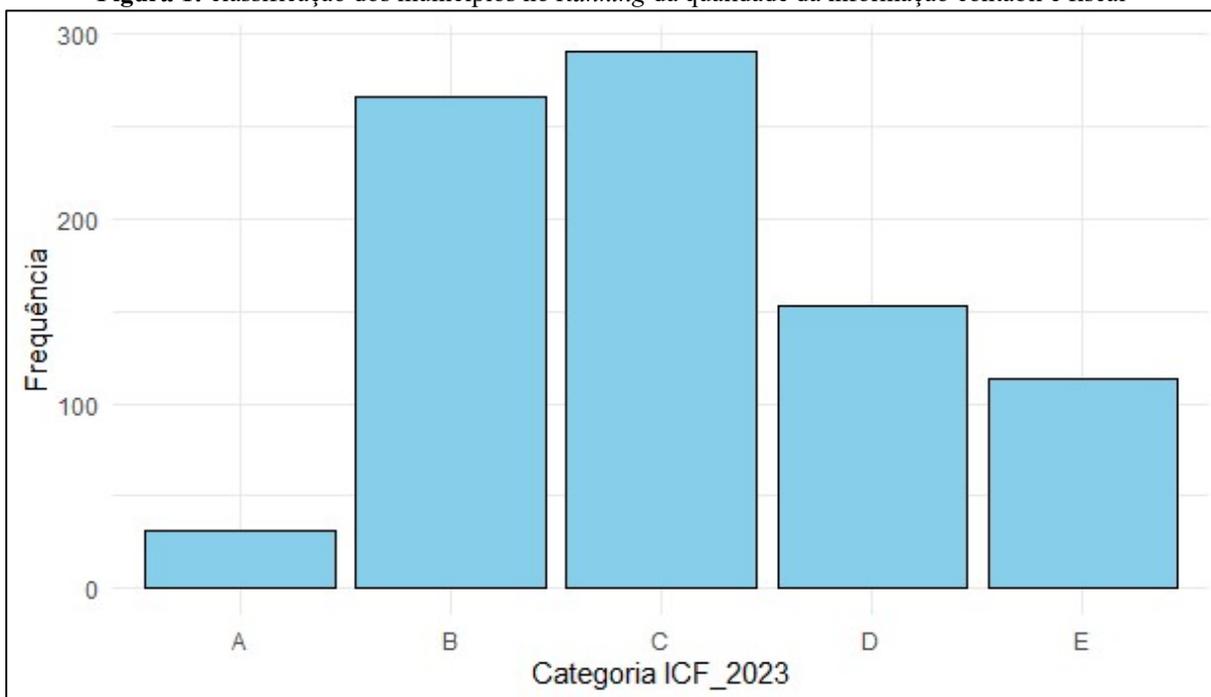
A análise descritiva evidencia a grande heterogeneidade nos indicadores socioeconômicos, fiscais e administrativos dos municípios mineiros. Essa variabilidade destaca a necessidade de estratégias personalizadas para melhorar a gestão pública e reduzir desigualdades. Os resultados obtidos servem de base para as análises subsequentes, como a

aplicação do modelo de regressão logística multinomial, que permitirá explorar as relações entre essas variáveis e o Indicador de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF).

De modo geral, a média e a mediana estão próximas em várias variáveis, indicando uma distribuição relativamente equilibrada, mas o desvio padrão elevado e os coeficientes de variação altos em algumas variáveis refletem disparidades significativas nas condições econômicas e fiscais entre os municípios.

A fim de compreender a distribuição dos municípios em relação a qualidade da informação contábil e o comportamento dos seus determinantes, procedeu-se a realização do gráfico de frequência (Figura 1) e das estatísticas descritivas (Tabela 1).

Figura 1: classificação dos municípios no Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal



Fonte: resultados da pesquisa (2025)

Ao observar o gráfico é possível perceber uma concentração maior de municípios nas categorias B (266) e C (290), o que significa que tais municípios apresentaram um percentual de acertos nas verificações das informações enviadas ao Siconfi entre 75% e 95%.

Para compreender de forma detalhada as características municipais para cada grupo de município, considerando os níveis da qualidade da informação contábil e fiscal, procedeu-se a realização das estatísticas por categoria do ICF (Tabela 2).

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis analisadas por grupo de município (ICF)

ICF	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coef. Var. (%)	Mínimo	Máximo
A	IFDM	0.659	0.655	0.0593	8,99	0.571	0.822
	IFGF	0.690	0.705	0.102	14,78	0.398	0.889
	IEGM	0.428	0.421	0.0545	12,73	0.331	0.615
	RNT	5.25	5.35	2.20	41,90	0.400	9.10
	PIB_pc (R\$)	18.614	15.505	11.641	62,54	7.547	54.136
	RC_pc (R\$)	6.801	5.954	3.507	51,57	3.617	21.568
	RT_pc (R\$)	364	184	503	138,18	64.5	2.215
	TC_pc (R\$)	6.140	5.512	3.226	52,54	2.624	19.155

	Auto fin (%)	5,46	3,73	7,78	142,49	1,51	37,8
B	IFDM	0.669	0.671	0.0636	9,51	0.507	0.859
	IFGF	0.697	0.694	0.120	17,22	0.201	1.000
	IEGM	0.391	0.387	0.0568	14,53	0.255	0.563
	RNT	4.52	4.75	2.20	48,67	0.200	10.0
	PIB_pc (R\$)	29.165	17.729	72.240	247,69	7.247	920.834
	RC_pc (R\$)	5.927	4.977	3.636	61,34	3.040	47.924
	RT_pc (R\$)	343	241	436	127,11	57.5	5.441
	TC_pc (R\$)	5.243	4.354	3.132	59,74	2.318	38.387
	Auto fin (%)	5,96	4,29	5,19	87,08	1,11	30,7
C	IFDM	0.680	0.679	0.0691	10,16	0.457	0.843
	IFGF	0.713	0.713	0.135	18,93	0.232	1.000
	IEGM	0.380	0.372	0.0536	14,10	0.214	0.557
	RNT	4.33	4.45	2.41	55,65	0.200	10.0
	PIB_pc (R\$)	29.248	19.790	35.607	121,74	6.983	407.353
	RC_pc (R\$)	6.550	5.467	3.403	51,95	2.401	31.323
	RT_pc (R\$)	426	296	493	115,73	62.4	5.381
	TC_pc (R\$)	5.750	4.876	3.100	53,91	1.868	29.714
	Auto fin (%)	6,81	4,93	5,31	77,97	0,961	34,0
D	IFDM	0.682	0.679	0.0692	10,15	0.512	0.827
	IFGF	0.682	0.675	0.134	19,65	0.311	0.979
	IEGM	0.374	0.371	0.0587	15,69	0.258	0.571
	RNT	4.31	4.10	2.38	55,22	0.200	10.0
	PIB_pc (R\$)	32.430	21.788	30.650	94,51	8.920	216.092
	RC_pc (R\$)	5.952	5.168	2.535	42,59	2.287	19.902
	RT_pc (R\$)	469	306	551	117,48	58.7	4.323
	TC_pc (R\$)	5.112	4.443	2.303	45,05	2.153	19.366
	Auto fin (%)	7,71	6,04	5,95	77,17	0,526	34,4
E	IFDM	0.693	0.702	0.0708	10,21	0.522	0.822
	IFGF	0.700	0.692	0.134	19,14	0.396	1.000
	IEGM	0.372	0.366	0.0506	13,60	0.241	0.513
	RNT	4.31	4.60	2.26	52,44	0.200	9.70
	PIB_pc (R\$)	39.249	24.372	73.480	187,21	8.212	610.780
	RC_pc (R\$)	7.512	5.221	9.207	122,56	1.121	91.672
	RT_pc (R\$)	657	377	1.871	284,78	62.6	19.290
	TC_pc (R\$)	6.351	4.488	6.916	108,89	435	66.151
	Auto fin (%)	7,76	6,56	5,76	74,22	1,11	33,6

Fonte: resultados da pesquisa (2025).

Pelos resultados apresentados é possível compreender que municípios com melhor qualidade da informação contábil e fiscal (ICF A e B) tendem a ter melhor transparência e gestão administrativa, embora possuam menor PIB *per capita* e arrecadação. Por outro lado, municípios com pior qualidade informacional (ICF D e E) apresentam maior PIB *per capita*, maior receita corrente e maior autonomia financeira, mas tendem a ter menor efetividade na gestão pública e menor transparência. Isso sugere que maior riqueza não necessariamente implica melhor organização contábil e fiscal, e que transparência e eficiência na gestão são características mais evidentes em municípios com melhor qualidade da informação contábil.

Para verificar como as características fiscais, socioeconômicas e demográficas se relacionam com os diferentes níveis de qualidade da informação contábil, foram realizadas análises estatísticas. Os resultados dessas análises estão sintetizados na Tabela 3, que apresenta as estatísticas do teste realizadas para identificar possíveis diferenças entre os municípios avaliados.

Os resultados da Tabela 3 mostram que quase todas variáveis apresentaram diferenças significativas entre os níveis de qualidade da informação contábil e fiscal (ICF), conforme

indicado pelos valores de p menores que o nível de significância adotado no estudo (5%). As únicas variáveis que não foram significativas para explicar os níveis do ICF foram o IFGF, RNT e TC<sub>pc</sub>.

**Tabela 3** - Resultados do teste de *Kruskal-Wallis* e medianas das variáveis analisadas

	PIB <sub>pc</sub>	IFDM	IFGF	IEGM	RNT	POP	RC <sub>pc</sub>	RT <sub>pc</sub>	TC <sub>pc</sub>	Auto <sub>fin</sub>
A	15.505,00	0.655	0.705	0.421	5.35	5.232	5.954,00	184,00	5.512,00	0.0373
B	17.729,00	0.671	0.694	0.387	4.75	8.697	4.977,00	241,00	4.354,00	0.0429
C	19.790,00	0.679	0.713	0.372	4.45	7.443	5.467,00	296,00	4.876,00	0.0493
D	21.788,00	0.679	0.675	0.371	4.10	9.976	5.168,00	306,00	4.443,00	0.0604
E	24.372,00	0.702	0.692	0.366	4.60	10.522	5.221,00	377,00	4.488,00	0.0656
X <sup>2</sup>	42,58	14,81	7,04	33,76	3,40	14,61	12,61	37,10	9,10	29,11
Valor de p	0,001	0,005	0,134	0,001	0,493	0,006	0,013	0,001	0,059	0,001

Notas: A= desempenho excelente; B= desempenho muito bom; C= desempenho bom; D= desempenho regular; E= desempenho insatisfatório.

Fonte: resultados da pesquisa (2025)

Ao considerar as medianas das variáveis por categorias de qualidade da informação contábil e fiscal (ICF), a análise revela tendências mais representativas do comportamento típico dos municípios. Municípios com pior qualidade informacional (ICF E) possuem maior mediana do PIB *per capita* (R\$ 24.372), indicando que, apesar da alta dispersão, a maioria desses municípios apresenta um nível econômico mais elevado. Esse resultado confirma os achados de Gomes e Silva (2022), que identificaram uma relação negativa entre o PIB e a qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios brasileiros.

A mediana do IEGM diminui (0,366 em ICF E vs. 0,421 em ICF A), confirmando que a efetividade da gestão tende a ser menor conforme piora a qualidade informacional. Gomes e Silva (2022) também identificaram essa relação positiva entre IEGM e nota do *Ranking*. Já a autonomia financeira aumenta progressivamente (de 3,73% em ICF A para 6,56% em ICF E), sugerindo que municípios com pior qualidade informacional dependem menos de transferências externas, ou seja, tem maior capacidade arrecadatória. Tal resultado vai contra os achados de Silva, Soares e Barbosa Neto (2025) que identificaram uma relação negativa entre dependência fiscal e qualidade da informação, indicando, portanto, que municípios com maior dependência fiscal tendem a apresentar piores notas no *Ranking* Siconfi.

Em relação às receitas, a mediana da receita corrente *per capita* é maior em ICF E (R\$ 5.221) do que em ICF A (R\$ 5.954), reforçando que municípios com menor qualidade informacional possuem maior capacidade arrecadatória. Por outro lado, a mediana do IFDM (0,702 em ICF E vs. 0,655 em ICF A) sugere que esses municípios podem estar relativamente mais desenvolvidos socioeconomicamente, o que contraria a relação positiva encontrada por Gomes e Silva (2022) em seu estudo. Os autores notaram que quanto maior o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, maior a qualidade da informação contábil e fiscal.

A fim de identificar em quais grupos estão as diferenças observadas, procedeu-se ao teste de comparação múltipla (Tabela 4).

Os resultados apresentados na Tabela 4 destacam diferenças significativas apenas para os pares de categorias em que o valor de p foi inferior a 5%. Em relação à variável população (POP), houve uma diferença significativa entre as categorias A e D, indicando que municípios com desempenho excelente (A) possuem populações significativamente maiores do que aqueles com desempenho regular (D).

**Tabela 4** – Resultados do teste de comparação múltipla de *Dwass-Steel-Critchlow-Fligner* (valor de p)

	POP	IFDM	IEGM	PIB_pc	RC_pc	RT_pc	Auto_fin
<b>A-B</b>	0.085	0.828	0.007	0.426	0.255	0.782	0.264
<b>A-C</b>	0.484	0.311	0.001	0.010	0.969	0.040	0.033
<b>A-D</b>	0.019	0.327	0.001	0.003	0.659	0.044	0.003
<b>A-E</b>	0.074	0.059	0.001	0.001	0.978	0.006	0.002
<b>B-C</b>	0.772	0.274	0.098	0.004	0.019	0.001	0.170
<b>B-D</b>	0.409	0.373	0.024	0.001	0.782	0.002	0.002
<b>B-E</b>	0.596	0.011	0.033	0.001	0.180	0.001	0.002
<b>C-D</b>	0.084	0.999	0.817	0.608	0.526	0.977	0.402
<b>C-E</b>	0.322	0.329	0.803	0.073	1.000	0.234	0.308
<b>D-E</b>	1.000	0.623	1.000	0.858	0.779	0.691	0.997

Notas: A= desempenho excelente; B= desempenho muito bom; C= desempenho bom; D= desempenho regular; E= desempenho insatisfatório.

Fonte: resultados da pesquisa (2025)

No índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), uma diferença significativa foi encontrada entre as categorias B e E, sugerindo que municípios de desempenho insatisfatório (E) possuem IFDM mais elevado em comparação com aqueles de desempenho muito bom (B). Já no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), as diferenças foram mais frequentes, ocorrendo entre a categoria A e as categorias C, D e E. Os resultados mostram que os municípios de desempenho excelente (A) apresentam maior efetividade administrativa, evidenciando que a gestão eficiente está associada a melhores resultados no ICF.

Em relação ao Produto Interno Bruto per capita (PIB\_pc), diferenças significativas foram observadas em várias comparações, incluindo os pares A-C, A-D, A-E, B-C, B-D e B-E. Os municípios das categorias inferiores (C, D e E) possuem PIB per capita significativamente maior em comparação com aqueles das categorias superiores (A e B), o que reforça que maior riqueza econômica não está diretamente associada à qualidade da informação contábil. Gomes e Silva (2022) também encontraram uma relação negativa entre PIB e qualidade da informação contábil e fiscal dos governos locais brasileiros.

A Receita Tributária per capita (RT\_pc) também apresentou diferenças significativas em várias comparações, como A-C, A-D, A-E, B-C, B-D e B-E. Municípios com pior desempenho no ICF tendem a registrar maiores receitas tributárias per capita, o que sugere que maior arrecadação de tributos não se traduz, necessariamente, em melhor qualidade da informação fiscal.

Por fim, a Autonomia Financeira (Auto\_fin) mostrou diferenças significativas entre as categorias A-C ( $p=0.033$ ), A-D, A-E, B-D e B-E. Municípios de categorias inferiores (D e E) possuem maior autonomia financeira média, mas isso não implica em melhor desempenho no ICF, o que sugere que limitações na gestão administrativa podem comprometer a qualidade da informação contábil.

Esses achados indicam que, embora variáveis como PIB per capita, Receita Tributária per capita e Autonomia Financeira apresentem diferenças significativas entre as categorias, a qualidade da informação contábil e fiscal está mais fortemente associada à efetividade administrativa, representada pelo IEGM. Isso reforça a importância de práticas de gestão eficientes para melhorar o desempenho no ICF, mais do que apenas depender de maior arrecadação ou autonomia financeira.

Os dados indicam que o desempenho no ICF está mais associado à eficiência e à qualidade da gestão fiscal do que ao volume absoluto de recursos disponíveis, como receitas correntes ou PIB per capita. Os municípios classificados nas categorias superiores, como A e B, demonstram maior capacidade de utilizar de forma eficiente os recursos disponíveis, enquanto aqueles das categorias inferiores, como D e E, dependem mais de transferências

correntes e enfrentam desafios significativos relacionados à gestão fiscal.

Os resultados mostram que, mesmo com receitas correntes mais elevadas, os municípios das categorias inferiores (D e E) enfrentam dificuldades na gestão fiscal, o que impacta negativamente a qualidade das informações enviadas. A dependência elevada de transferências correntes, especialmente na categoria E, reflete limitações estruturais que comprometem a eficiência administrativa e dificultam avanços na qualidade das informações contábeis e fiscais.

Além disso, municípios com melhor capacidade administrativa, como os das categorias A e B, apresentaram menor dependência de transferências e maior eficiência no uso dos recursos disponíveis. Esses resultados destacam que a autonomia financeira, embora limitada, é um fator importante para o desempenho no ICF, evidenciando que maior eficiência administrativa contribui diretamente para a melhoria da qualidade das informações fiscais.

O estudo também evidenciou disparidades significativas entre os municípios mineiros, como a grande variação nos valores de PIB *per capita*, receitas correntes e transferências, o que reflete diferenças regionais e estruturais que afetam diretamente a gestão fiscal. Por exemplo, municípios com maior PIB *per capita*, como os da categoria E, não necessariamente apresentaram melhor desempenho fiscal, indicando que a riqueza econômica sozinha não é suficiente para garantir eficiência na gestão pública.

O elevado desvio-padrão nos indicadores analisados reflete a desigualdade na transparência e na qualidade das informações contábeis e fiscais entre os municípios. Essa disparidade é especialmente crítica nas categorias inferiores, onde a dependência de transferências externas compromete a consistência e a completude das informações enviadas. Este cenário reforça a importância de estratégias de aprimoramento que promovam previsões mais confiáveis e maior credibilidade na gestão pública.

Embora algumas categorias inferiores apresentem índices ligeiramente superiores de autonomia financeira, essa autonomia ainda é insuficiente para superar desafios estruturais, como a dependência de transferências externas e a baixa eficiência administrativa. A descentralização fiscal pode oferecer benefícios significativos, mas exige uma gestão eficiente e uma infraestrutura administrativa robusta, elementos que parecem ausentes em muitos municípios analisados.

Por exemplo, municípios com melhores índices de autonomia financeira, como os das categorias A e B, demonstraram maior eficiência ao utilizarem receitas locais em detrimento de transferências externas. Da mesma forma, os resultados sugerem que iniciativas de capacitação administrativa podem ser fundamentais para reduzir a dependência de transferências, contribuindo diretamente para a credibilidade e previsibilidade orçamentária. Nesse sentido, reforça-se a relevância de uma gestão fiscal eficiente e transparente para a melhoria da qualidade da informação contábil e fiscal nos municípios mineiros.

## 5 Considerações Finais

Os resultados deste estudo demonstram que as variáveis População, IFDM, IEGM, PIB, Receita Corrente, Receita Tributária e Autonomia Financeira apresentam significância estatística para explicar as variações na qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios mineiros, conforme apontado pelo teste de *Kruskal-Wallis*. Contudo, foi observado que um alto nível de desenvolvimento socioeconômico não necessariamente se traduz em melhorias na qualidade das informações contábeis e fiscais disponibilizadas. Um exemplo emblemático é que municípios classificados na categoria “A” no Índice de Capacidade Fiscal (ICF), que representa o melhor desempenho em termos de qualidade da informação, apresentaram uma média inferior no IFDM em relação aos municípios da categoria “E”.

Esse resultado reforça que a eficiência administrativa e a capacidade de gestão fiscal

são fatores mais determinantes para a qualidade da informação contábil e fiscal do que o volume absoluto de recursos financeiros ou indicadores de desenvolvimento econômico. Municípios da categoria “A” destacam-se por práticas consistentes de gestão e maior efetividade administrativa, evidenciada pelos valores superiores no IEGM. Por outro lado, os municípios das categorias inferiores (como “D” e “E”), embora apresentem maior PIB per capita e autonomia financeira média, enfrentam dificuldades significativas relacionadas à inconsistência das informações fiscais e à dependência de transferências externas.

À medida que a qualidade da informação fiscal diminui, como observado nos grupos B, C, D e E, percebe-se uma maior dispersão nos dados referentes ao PIB per capita e à autonomia financeira, refletindo a heterogeneidade estrutural dos municípios mineiros.

Mesmo com indicadores econômicos elevados, como PIB per capita, os grupos de desempenho inferior frequentemente não apresentam práticas fiscais eficientes, evidenciando a desconexão entre desenvolvimento econômico e qualidade da informação contábil e fiscal.

Neste contexto, este estudo destaca a importância de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da capacidade administrativa, padronização das práticas contábeis e redução da dependência de transferências externas. Essas estratégias são fundamentais para promover melhorias na qualidade da informação fiscal, que, por sua vez, contribuem para uma gestão pública mais eficiente, maior transparência e maior credibilidade junto à sociedade.

De forma geral, a qualidade da informação contábil e fiscal nos municípios mineiros é heterogênea e fortemente influenciada por fatores estruturais e administrativos. Municípios classificados nas categorias superiores do ICF demonstram maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis, enquanto aqueles das categorias inferiores enfrentam barreiras significativas relacionadas à transparência e consistência das informações.

A confirmação da hipótese de que a eficiência administrativa e a gestão fiscal têm maior impacto no desempenho do ICF do que o volume de recursos disponíveis reforça a relevância da capacidade de governança fiscal. Indicadores como autonomia financeira e efetividade administrativa mostraram ser mais importantes para o desempenho fiscal dos municípios do que métricas econômicas absolutas, como o PIB per capita.

Por fim, este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas fiscais dos municípios mineiros, fornecendo subsídios para o aprimoramento das práticas de gestão pública. As limitações identificadas, como a dependência de transferências externas e a heterogeneidade estrutural, podem ser enfrentadas com políticas integradas que aliem eficiência administrativa ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo desta análise para outros estados brasileiros, possibilitando comparações regionais e a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades locais.

## Referências

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi**. Brasília, 2024a. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Serpro. **Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Brasília, 2024b. Disponível em: <http://intra.serpro.gov.br/linhas-negocio/catalogo-de-solucoes/solucoes/principais-solucoes/siconfi-sistema-de-informacoes-contabeis-e-fiscais-do-setor-publico-brasileiro>. Acesso em 10 dez. 2024

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro

para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 17 de março de 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm) . Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 9. ed. Brasília: STN, 2021a.** Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicadaao-setor-publico-mcasp/2021/26> . Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 5 de maio de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm) . Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de maio de 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm) . Acesso em: 15 set. 2024.

BRIGIDO, J. S. **Análises do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no SICONFI dos municípios da região metropolitana de Natal-RN (2019-2021)**. 2023. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53058> . Acesso em: 10 nov. 2024.

COMISSÁRIO, A. B. **Qualidade da informação contábil: Análise dos demonstrativos dos municípios de Minas Gerais**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Organizacional) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/39201> . Acesso em 17 set. 2024.

EL-BERRY, N. A. M.; GOEMINNE, S. Fiscal transparency, fiscal forecasting and budget credibility in developing countries. **Journal of Forecasting**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 144-161, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/for.2695> . Acesso em: 20 ago. 2024.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata**. São Paulo: Elsevier, 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL- FMI. **Manual de transparência fiscal**. 2007. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/manualp.pdf> . Acesso em: 06 jan. 2025.

GOMES, N. C.; SILVA, M. C. Análise dos fatores explicativos do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal. **Journal of Globalization, Competitiveness and Governability**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 101-116, set./dez., 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8577507> . Acesso em: 11 nov. 2024.

GOULARTE, J. L. L. Análise da evolução do Ranking do Indicador da Qualidade da

Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional. **Contabilometria: Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 13, n. 1, p. 125-

138, jan./jun., 2026. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/3595> . Acesso em 12 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Brasil: Minas Gerais. IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama> . Acesso em: 08 jun. 2023.

MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Determinantes da qualidade da informação contábil no contexto internacional. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, SC, v. 13, n. 29, p. 3-32, mai./ago., 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2016v13n29p3/32276> . Acesso em: 19 jun. 2024.

NAKHMURINA, A. Does fiscal monitoring make better governments? Evidence from US municipalities. **The Accounting Review**, [s. l.], v. 99, n. 4, p. 395-425, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/TAR-2020-0251> . Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA, T. A. S. **Qualidade das informações contábeis para a promoção da transparência e accountability**: um estudo de caso múltiplo nas Universidades Federais do Rio de Janeiro. 2024. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/21948> . Acesso em: 11 abr. 2024.

PEREIRA, R. M.; ANDRADE, L. M. N.; LOVO, O. A.; MAGRO, E. F.; LOOSE, C. E. Qualidade da informação contábil e fiscal governamental: um extrato de Rondônia. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, SP, v. 11, n. 4, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27197> . Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, F. L.; CORONEL, D. A. As normas e a qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios da região da AMOSC/SC. **Revista NECAT**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 88-108, jan./jun., 2024. Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/7750> em: 03 jan. 2024.

SEDMIHRADSKÁ, L.; KUCERA, J. Actors and the information flows in the Czech parliamentary budget debate. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 321-338, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/jpbafm-10-2018-0122/full/html> . Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA, M. A. C.; SOARES, C. S. A.; BARBOSA NETO, J. E. Qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, RN, v. 17, n. 1, p. 330-347, jan./jun., 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/35441> . Acesso em 12 jan. 2025.

SILVA, C. C. **O nível de consistência das informações financeiras dos municípios brasileiros**. 2019. 83 f. Trabalho de conclusão de Curso (Mestrado em Administração Pública e de empresas)- Fundação Getúlio Vargas- FGV, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0c88d9dd-ce09-4701-aa45-5c1ce81ca5d6/content> . Acesso em 17 set. 2024.

SODRÉ, B. M. C. S. **Conformidade das informações contábeis do SICONFI: uma análise das cidades com maior participação no PIB do estado de Goiás**. 2023. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, Goiás, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7322> . Acesso em: 11 abr. 2024.

SOUSA, K. M. Efeito Spillover: uma análise espacial da qualidade da informação contábil nos municípios brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, DF, v. 16, n. 4, p. 367-384, out./dez., 2022. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/3037> . Acesso em: 13 set. 2024.

YANG, Q. Fiscal transparency and public service quality association: evidence from 12 coastal provinces and cities of China. **Journal of Risk and Financial Management**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1911-8074/14/1/13#:~:text=Fiscal%20transparency%20plays%20a%20helpful,the%20quality%20of%20public%20services>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ZHOU, J.; FAN, Y. Impact of Chinese-style fiscal decentralization on urban–rural integration: Based on factor allocation. **Sustainability**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 1542, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/15/2/1542> . Acesso em: 20 ago. 2024.